



**EDITAL DE DISCRIMINAÇÃO DE TERRA DEVOLUTA  
PROCESSO Nº 24848\_2022**

Os Membros da Comissão Especial Permanente de Discriminatória - CEPD, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei 9769, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pela Instrução Normativa nº 006, de 30 de Setembro de 2013, FAZEM SABER, aos que do presente Edital vierem a tomar conhecimento ou dele tiverem notícias, que está sendo requerida por **JD AGROPECUÁRIA LTDA**, brasileiro, não se aplica, não se aplica, inscrito não se aplica e no CPF sob o n.º 08.527.960/0001-16, domiciliado no local denominado Fazenda Guainazes, Bananal do Sul, Distrito de Regência, Município de Linhares, a legitimação de uma área de terras presumidamente devoluta localizada no Estado do Espírito Santo, com limites e demais características assim descritas: **UM IMÓVEL RURAL MEDINDO 1.024.022,00 m<sup>2</sup> (UM MILHÃO VINTE E QUATRO MIL E VINTE E DOIS METROS QUADRADOS)** situada no lugar denominado Fazenda Santa Lúcia - Estrada Bebedouro x Regência, de coordenadas UTM E: 401.799 m; N: 7.830.719 m, fuso 24K, Datum SIRGAS2000, Distrito de Sede, Município de Linhares/ES, limitando-se: a Norte com: Rod ES-440, Júlio Cesar Galon Moro; a Sul com Júlio Cesar Galon Moro; a Este com Júlio Cesar Galon Moro e a Oeste com Júlio Cesar Galon Moro, tudo conforme memorial descritivo georreferenciado no processo em epígrafe que se encontra à disposição dos interessados na Comissão Especial Permanente de Discriminatória localizada na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, Ed. Trade Center, loja 01 – Centro, Vitória / ES, CEP: 29010-935. E convida os confinantes ou quem se julgar prejudicado e ainda a quaisquer interessados no pedido de **aquisição de área por legitimação junto ao Estado do Espírito Santo**, a apresentar suas impugnações, embargos ou suscitações de dúvidas por escrito a esta Comissão, na sede desta Autarquia dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data de publicação do presente, findo o qual não serão mais aceitas impugnações, e a área será declarada devoluta, cumprindo os requisitos contidos na Lei 9.769, de 28 de dezembro de 2011, esta será regularizada em nome do requerente, caso contrário, havendo interesse, será feita a matrícula ou registro em nome do Estado do Espírito Santo. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado em jornal de circulação estadual, na sede do Escritório Local onde se situa o imóvel, na sede da Autarquia e no sítio eletrônico do IDAF ([www.idaf.es.gov.br](http://www.idaf.es.gov.br)).

Vitória, 17 de junho de 2024

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**VICTOR BERNARDO VICENTINI**  
MEMBRO (COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE  
DISCRIMINATORIA)  
01011200001 - IDAF - GOVES  
assinado em 10/06/2024 15:38:27 -03:00

**EDSON BATISTA PEREIRA**  
MEMBRO (COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE  
DISCRIMINATORIA)  
01011200001 - IDAF - GOVES  
assinado em 10/06/2024 15:39:40 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 10/06/2024 15:39:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por VICTOR BERNARDO VICENTINI (MEMBRO (COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE DE DISCRIMINATORIA) -  
01011200001 - IDAF - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-TGBQL3>